



Publicado no D. O. E. n.º 26.943
de 08/04/91, à pg 15
do 1.º caderno

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.600

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 1991.

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CON-
SELHEIRO PRESIDENTE, NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR DECISÃO UNÂ-
NIME.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - AS ENTIDADES CUJAS CONTAS SÃO APRECIADAS E/
OU JULGADAS POR ESTE TRIBUNAL, QUANDO REALIZAREM OBRAS OU SERVIÇOS
DE ENGENHARIA, DEVERÃO ORIENTAR-SE PELA PRESENTE RESOLUÇÃO.

PARÁGRAFO 1º - ENTENDE-SE POR OBRA, TODA CONSTRUÇÃO, RE-
FORMA OU AMPLIAÇÃO, REALIZADA POR EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA.

PARÁGRAFO 2º - ENTENDE-SE POR SERVIÇO DE ENGENHARIA, TO-
DA ATIVIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL NECESSÁRIA A EXECUÇÃO DE OBRA ,
DESTINADA A OBTER DETERMINADA UTILIDADE CONCRETA DE INTERESSE PARA
A ADMINISTRAÇÃO.

ARTIGO 2º - OS COMPROVANTES DAS DESPESAS REALIZADAS COM
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DEVERÃO SER AGRUPADOS POR PROJETO ,
PARA FACILITAR A EFICÁCIA DO CONTROLE EXTERNO.

ARTIGO 3º - AS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA SÓ PO-
DERÃO SER REALIZADAS QUANDO HOUVER PROJETO BÁSICO, COMPOSTO DE PLAN-
TAS (BAIXA, CORTES LONGITUDINAL E TRANSVERSAL, PLANTA DE COBERTURA
E FACHADA), MEMORIAL DESCRITIVO E O QUE MAIS POSSIBILITE A ESTIMATI



ESTADO DO PARÁ

-02-

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO Nº 2.600

VA DE CUSTOS.

PARÁGRAFO 1º - O PROJETO E OS DEMAIS DOCUMENTOS CITADOS NO CAPUT DESTE ARTIGO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, ANTES DO INÍCIO DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, ACOMPANHADO, AINDA, DOS SEGUINTE ELEMENTOS:

I - PROCESSO LICITATÓRIO, CASO O VALOR OBRA E/OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, ULTRAPASSE O LIMITE DE DISPENSA ESTABELECIDO NO ARTIGO 22, INCISO I DO DECRETO-LEI Nº 2.300/86, COM AS MODIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELOS DECRETOS-LEIS NºS 2.348/87 E 2.360/87.

II - O REGIME UTILIZADO PARA SUA EXECUÇÃO.

III - OS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E RESPECTIVA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DOS MATERIAIS UTILIZADOS NA OBRA E/OU SERVIÇO DE ENGENHARIA.

PARÁGRAFO 2º - AS ENTIDADES QUE REALIZAREM OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA, DEVERÃO REMETER A RELAÇÃO DETALHADA DA MÃO DE OBRA E DO CONSUMO DE MATERIAL UTILIZADO, SEM PREJUÍZO DO CUMPRIMENTO DOS DEMAIS DISPOSITIVOS CONSTANTES DESTE ARTIGO.

ARTIGO 4º - A OBRIGATORIEDADE DA REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO ESPECIFICADA NESTA RESOLUÇÃO, APLICA-SE APENAS AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUE EXCEDAM O LIMITE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, ESTABELECIDO NO ARTIGO 22, INCISO I DO DECRETO-LEI Nº 2.300/86, COM MODIFICAÇÕES POSTERIORES.



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.600

-03-

ARTIGO 5º - A NÃO OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA PRESENTE RESOLUÇÃO, SUJEITARÁ O RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE ÀS PENALIDADES LEGAIS CABÍVEIS, ALÉM DA MULTA PREVISTA NO INCISO VII, DO ARTIGO 25, DA LEI Nº 5.654/91.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 04 DE ABRIL DE 1991.

CONSELHEIRO LAÉRCIO FRANCO

PRESIDENTE

CONSELHEIRO LECYR RIODEADES

CONSELHEIRO HAROLDO JULIANO DA GAMA

CONSELHEIRO IRIVALDYR ROCHA

CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ